

DISSOLUÇÃO DO CONCEITO DE FILOSOFIA

Olavo de Carvalho

O historiador Wolfgang Stegmüller, numa página admirável, descreve a progressiva dissolução do conceito de filosofia. Numa primeira fase, diz ele, há uma diversidade de opiniões, na qual se conserva entre os filósofos apenas uma relação de *discussão*. “A situação já se torna pior quando a base que se tomou como ponto de partida ou os métodos de pensamento forem totalmente divergentes. Então pode-se chegar a um ponto em que já não é mais possível nenhuma discussão... Os argumentos e contra-argumentos parecem cair no vazio.” No entanto, ainda resta aí alguma *comunicação*. Em seguida, porém, a possibilidade mesma da comunicação desaparece, porque “um não consegue mais atribuir nenhum sentido ao que o outro afirma”. Ainda subsiste, nessa fase, uma vaga identidade de *intenções*: cada um não entende o que o outro diz, mas acredita que de algum modo ele está também em busca do conhecimento e da verdade. Por fim, atinge-se aquele ponto em que nem essa vaga identidade existe mais: não apenas as afirmações e argumentos de cada um se tornam incompreensíveis aos outros, mas até o tipo de ocupação em que ele está envolvido torna-se um *enigma* para os outros¹.

Isso foi escrito em 1976. Na época, já era impossível que um neopositivista devotado a aprimorar logicamente a linguagem das ciências reconhecesse como companheiro de atividade um marxista empenhado em achincalhar a lógica formal como “instrumento do poder burguês”, e ambos não teriam nada a discutir com um existencialista que tentasse expressar o mundo da subjetividade humana.

Desde então, a coisa se complicou formidavelmente. Vieram o estruturalismo e o desconstrucionismo, os *cultural studies*, o feminismo, o gayzismo e o relativismo, que invadiram os departamentos de filosofia e ciências humanas, reduzindo tudo a disputas de poder. Vieram as neurociências, que pretendem resolver problemas tradicionais da filosofia mediante a fisiologia e a química do cérebro. E sobretudo vieram os computadores, que multiplicaram o número de opinadores em progressão geométrica e ainda tornaram a técnica da argumentação um problema de *software*.

Tudo isso pode receber, hoje em dia, o nome de filosofia.

A conclusão que se impõe é incontornável: Se aceitamos chamar de “filosofia” tudo aquilo a que hoje se dá esse nome em livros, cursos universitários, revistas acadêmicas, jornais, programas de TV e conversações gerais, é preciso desistir de chegar a qualquer definição razoável de filosofia. Isso não significa que essa noção, em si, seja

¹Wolfgang Stegmüller, *A Filosofia Contemporânea. Introdução Crítica*, São Paulo, E.P.U.-Edusp, 1977, Vol. I, pp. 12-13.

nebulosa e inalcançável; confusão idêntica se observa na definição de muitas outras atividades humanas, como a política, a religião e até a arte. Na verdade, quanto maior o número de pessoas que falam sobre alguma coisa, mais a imagem dessa coisa tende a se dissolver numa poeira de ambigüidades e de equívocos; e desde o século XIX a quantidade de vozes que espalham opiniões *soi disant* filosóficas veio crescendo parasitariamente até alcançar as dimensões do inabarcável e do inconcebível. Colocar ordem nesse caos está acima das possibilidades humanas.

Hegel afirma que “a essência de uma coisa é aquilo em que ela se torna”. Se isso fosse uma verdade universal, seria obrigatório concluir que a filosofia, em sua essência, é nada mais que confusão das línguas. Felizmente, essa regra de Hegel só se aplica a processos que sejam desenvolvimentos normais de um princípio ou conceito, como por exemplo no caso de uma semente de maçã que cresce até tornar-se macieira. Não se aplica aos casos onde interferem muitas causas heterogêneas, acidentais e externas à natureza da coisa em questão. Por intervenção externa, um gato se torna cúica: isso não quer dizer que ser cúica seja a natureza do gato.

Às vezes, a essência de uma coisa não se revela na sua forma final, mas, ao contrário, numa forma inicial que foi modificada por causas externas até tornar-se quase irreconhecível.

O mesmo ocorre com a filosofia: desde seu nascimento na Grécia, muitos foram os fatores e interesses externos que interferiram no seu exercício e o adaptaram a finalidades que não eram originariamente as da filosofia. Por baixo dessas modificações acidentais, algo do propósito originário da atividade filosófica se conservava, mas amoldado e encoberto por camadas de exigências estranhas que é preciso, hoje, descascar para trazer à luz esse algo.

Uma dessas modificações, talvez a mais decisiva de todas, foi a criação das universidades e a conseqüente transformação da filosofia numa atividade profissional regulamentada. O primeiro desses regulamentos, que veio a influenciar todos os subseqüentes, foram os Estatutos da Universidade de Paris, publicados pelo cardeal Robert de Courçon em 1215².

Os Estatutos não se limitavam a estruturar a carreira universitária – o que já seria por si uma inovação considerável --, mas entravam em cheio na prescrição de conteúdos admitidos e proibidos, colocando entre estes últimos a *Metafísica* e os livros de ciências naturais de Aristóteles. Ninguém vai dizer que isso foi apenas um desenvolvimento lógico do conceito de filosofia. Foi uma intervenção externa ditada por motivos políticos e religiosos, mas deixaria uma marca profunda no exercício da

² V. <http://www.milestonedocuments.com/documents/view/robert-de-courcon-statutes-for-the-university-of-paris/>.

atividade filosófica – portanto no conteúdo das filosofias – por três séculos pelo menos. Esse conteúdo, portanto, somente em parte reflete o desenvolvimento interno da problemática filosófica herdada dos gregos; esta vem encarnada num *modus ratiocinandi* que não é inerente à “essência” da filosofia, mas a necessidades pedagógicas nascidas de uma circunstância histórica muito peculiar, muito datada.

As universidades medievais deram tanta importância demonstração e à prova, que até hoje prevalece a impressão de que essa técnica é vital para o exercício da filosofia. A chamada escola analítica de Bertrand Russell e Rudolf Carnap chegou a propor, no início do século XX, a redução de toda a filosofia à pura técnica lógica.

Mas em Platão e Aristóteles a lógica tinha uma importância muito modesta. Nos diálogos platônicos raramente se vê a demonstração formal de alguma tese. Platão prefere a arte da persuasão (*peitho*) baseada não na prova lógica mas no testemunho interior dos ouvintes. E o próprio Aristóteles, o primeiro formulador da técnica lógica, raramente a usava nos seus ensinamentos, dando preferência à dialética, arte da investigação. O motivo disso é que só se pode fazer uma demonstração lógica quando se têm nas mãos as premissas fundantes nas quais as provas vão se basear, e o problema fundamental da filosofia, pensava Aristóteles, consistia justamente em buscar e encontrar essas premissas.

O enorme desenvolvimento da lógica nas universidades medievais não reflete a continuação natural e espontânea de um processo iniciado na Grécia, mas a introdução de um fator novo e externo. Esse fator foi o seguinte. Conforme demonstrou Alois Dempf em *A Conceção do Mundo na Idade Média*, a Igreja Católica dos primeiros séculos não se ocupou de fazer nenhuma exposição sistemática da doutrina revelada. Os escritos doutrinários da época só respondem, de maneira esporádica e improvisada, seja a perguntas dos fiéis, seja a objeções dos adversários. Aos poucos, essas opiniões doutrinárias foram sendo reunidas em grandes coletâneas, os *Livros de Sentenças*, mas o simples fato de a doutrina então aparecer sob a forma de um todo organizado suscitava novas e mais complexas perguntas e objeções, tornando necessário sustentar a exposição com uma argumentação sistematizada. Daí surge um novo gênero literário, as *Sumas*, do qual o primeiro exemplo são os *Comentários aos Quatro Livros de Sentenças de Pedro Lombardo*, de Alexandre de Halles (1185-1245) e que alcançará a perfeição máxima na *Suma Teológica* de Sto. Tomás de Aquino (1225-1274). A doutrina católica assumia aí, para usar em outro contexto a expressão de René Girard, a forma de “um longo argumento do princípio ao fim”. Produzir, analisar ou simplesmente acompanhar esse argumento exigia um apurado domínio da lógica, sendo este o motivo pelo qual essa disciplina se desenvolveu tão formidavelmente nas universidades medievais, impulsionada ainda pelo exercício da dialética na prática

das *disputationes* (debates organizad̄os) e aprimorada até os últimos requintes pelo grande espetáculo das *Questiones quodlibetales* (*quodlibet* significa “como queiram”), nas quais um mestre consumado se oferecia para responder de improviso a qualquer pergunta filosófica ou teológica da congregação (professores e alunos).

A sistematização e defesa da doutrina cristã era uma necessidade evidente na época, mas não estava de maneira alguma no projeto originário da filosofia tal como concebido por Sócrates, Platão e Aristóteles.

Eis aí como uma intervenção de fora pode modificar o curso do desenvolvimento histórico da filosofia.

Decorrido esse tempo, três outros fatores externos mudam novamente o curso do debate filosófico.